

ABRIL A JULHO



RELATÓRIO ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Relações Institucionais



DESTAQUES

Principais movimentações

AVANÇOS

Atuação política de resultado

LEIS FEDERAIS

Projetos transformados em Lei

PROPOSIÇÕES

Matérias novas em destaque

ENCONTROS POLÍTICOS

O agro em ação

MONITORAMENTO

Dados do legislativo

PRODUTOS ARI

Comunicação estratégica



CONGRESSO NACIONAL

INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO (CMO)

Em abril de 2025, foi instalada a Comissão Mista de Orçamento (CMO), responsável pela análise das propostas orçamentárias do governo federal, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Foram definidos os cargos de presidência, vice-presidências e relatorias.



PRESIDENTE
SEN. EFRAIM FILHO
(UNIÃO/PB)



1º VICE-PRESIDENTE
DEP. CAPITÃO AUGUSTO
(PL/SP)



2º VICE-PRESIDENTE
SEN. ELIZIANE GAMA
(PSD/MA)



RELATOR GERAL
DEP. ISNALDO BULHÕES
(MDB/AL)



RELATOR PLDO 2026
DEP. GERVÁSIO MAIA
(PSB/PA)

CONGRESSO ANALISA VETOS PRESIDENCIAIS

No dia 17 de junho, o Plenário do Congresso Nacional realizou sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais. A deliberação representou uma vitória importante para o setor agropecuário, com a derrubada de vetos que restabelecem garantias fundamentais ao produtor rural, reforçam a segurança jurídica fundiária e contribuem para a modernização regulatória do agro. Entre os principais vetos derrubados, destacam-se:

Veto 65/2022
Lei do Autocontrole

Restabelecida a isenção de registro para insumos agropecuários produzidos ou fabricados pelo próprio produtor rural para uso próprio, vedada sua comercialização

Veto 47/2023
Lei dos Pesticidas

Retomados dispositivos que instituem taxas de registro, destinam os recursos ao Fundo Federal Agropecuário (FFAP) e fortalecem a governança sanitária no setor agrícola.

Veto 35/2024
Material genético

Retirada a possibilidade de o produtor rural ser penalizado com a perda de um benefício fiscal em razão de cometer infrações de natureza regulatória sobre material genético.

VETOS ADIADOS:

- **Veto 9/2023** - Áreas de Reserva Legal
- **Veto 25/2024** - Renegociação de dívidas rurais em municípios em situação de emergência
- **Veto 47/2024** - PLDO 2025
- **Veto 50/2024** - Equiparação dos CBIOS a valores mobiliários
- **Veto 7/2025** - Reforma Tributária (PLP 68/2024)

MOBILIZAÇÃO PEC EM FAIXA DE FRONTEIRA

A CNA atuou na mobilização de parlamentares para a coleta de assinaturas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acrescenta o art. 68-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A iniciativa tem como objetivo ratificar os registros de imóveis rurais localizados em faixa de fronteira, concedidos pelos estados antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A proposta **busca encerrar, de forma definitiva, as inseguranças jurídicas que há décadas impactam os produtores rurais** nessas regiões, promovendo a consolidação dos registros imobiliários e assegurando segurança jurídica e estabilidade ao ordenamento fundiário nacional.



DESTAQUES

PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES DE ABRIL A JULHO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÕES FINALIZAM ELEIÇÕES DAS MESAS DIRETORAS

Em maio de 2025, a Câmara dos Deputados concluiu a eleição das mesas diretoras de duas de suas comissões permanentes mais relevantes: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). Em ambas, foram definidos os três vice-presidentes que comporão a mesa ao longo do ano legislativo.

CCJC			CAPADR		
					
1º VICE-PRESIDENTE FELIPE FRANCISCHINI (UNIÃO/PR)	2º VICE-PRESIDENTE CLAUDIO CAJADO (PP/BA)	3º VICE-PRESIDENTE CAPITÃO ALBERTO NETO (PL/AM)	1º VICE-PRESIDENTE EMIDINHO MADEIRA (PL/MG)	2º VICE-PRESIDENTE AFONSO HAMM (PP/RS)	3º VICE-PRESIDENTE RODRIGO DA ZAELI (PL/MT)

INSTALADA COMISSÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi instalada, em maio, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a debater o Projeto de Lei 2338/2023, que trata da regulamentação da inteligência artificial no Brasil. A presidência da comissão será exercida pela **deputada Luisa Canziani (PSD/PR)** e a relatoria ficará a cargo do **deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)**. Também foram eleitos como vice-presidentes os deputados Adriana Ventura (NOVO/SP), Reginaldo Lopes (PT/MG) e Gustavo Gayer (PL/GO). A expectativa é que o colegiado conduza os debates técnicos e políticos sobre o tema ao longo do segundo semestre.

INSTALADA COMISSÃO ESPECIAL DO IMPOSTO DE RENDA

Foi instalada, em maio, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a debater o PL1087/2025, que propõe a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas com renda mensal de até R\$ 5 mil. A proposta prevê também a compensação fiscal por meio do aumento da tributação sobre rendas anuais superiores a R\$ 600 mil. A presidência da comissão é exercida pelo **deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA)** e a relatoria pelo **deputado Arthur Lira (PP/AL)**.



SENADO FEDERAL

INSTALADA SUBCOMISSÃO "CRATERRAS"

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal instalou, em 11 de junho, a Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por Parte do IBAMA (CRATERRAS). O colegiado terá como objetivo acompanhar, avaliar e propor medidas em relação aos embargos aplicados em propriedades rurais, especialmente quanto à legalidade, impacto produtivo e segurança jurídica. Na reunião de instalação, foi eleito presidente da subcomissão o senador Jaime Bagattoli (PL/RO). O senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) foi designado como relator.

DESTAQUES

PRINCIPAIS CONQUISTAS DE ABRIL A JULHO

SENADO FEDERAL



SENADO APROVA PL DA RATIFICAÇÃO DE FAIXA DE FRONTEIRAS

O Plenário do Senado Federal aprovou o **PL 1532/2024**, que **estende por mais cinco anos o prazo para a ratificação de registros imobiliários de imóveis rurais situados em faixa de fronteira**. O texto foi aprovado com a exclusão do art. 2º, que tratava do georreferenciamento — tema que será discutido no PL 4497/2024, já em tramitação no Senado. A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



LICENCIAMENTO AMBIENTAL É APROVADO NA CÂMARA

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 267 votos favoráveis e 116 contrários, o **Projeto de Lei 2159/2021**, que **moderniza e padroniza o licenciamento ambiental** em todo o território nacional. A proposta, que vai agora à sanção presidencial, desburocratiza, garante a segurança jurídica e ambiental e evita perdas de competitividade para o país. O texto, que recebeu amplo apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi relatado pela **senadora Tereza Cristina (PP-MS)** no Senado e pelo **deputado Zé Vitor (PL-MG)** na Câmara. Após mais de duas décadas de debates no Congresso Nacional, o projeto propõe um marco legal que equilibra o desenvolvimento sustentável com previsibilidade e segurança jurídica nos processos de licenciamento.

REFORMA DO IMPOSTO DE RENDA É APROVADO EM COMISSÃO ESPECIAL

A Comissão Especial do Imposto de Renda aprovou o parecer ao Projeto de Lei nº 1087/2025, de autoria do Poder Executivo. A proposta altera a legislação do Imposto de Renda, instituindo uma redução para as faixas de menor renda e uma tributação mínima para pessoas físicas com altos rendimentos. **O relator, deputado Arthur Lira (PP-AL), atendeu à demanda apresentada pela CNA ao promover a adequação da tributação sobre a renda, priorizando a apuração com base no lucro, quando houver.** A medida representa um **avanço importante** ao mitigar os impactos fiscais para os produtores rurais. A Confederação segue acompanhando os desdobramentos da matéria, que segue para análise do plenário da Câmara. O que deve ocorrer após o recesso parlamentar, em agosto.

2

PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS QUE AVANÇARAM NO CONGRESSO NACIONAL

PL 5927/2023 (SF) – PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Autor: Sen. Jader Barbalho (MDB/PA)

A Comissão de Meio Ambiente aprovou o PL 5927/2023, que altera a Lei nº 13.576/2017 com o objetivo de incentivar a produção de biocombustíveis no âmbito da agricultura familiar. A proposta busca promover a inclusão de pequenos produtores no mercado de energias renováveis, fortalecendo a sustentabilidade econômica e ambiental no meio rural. A matéria segue para a Comissão de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.



MPV 1268/2024 (CN) – CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA COMBATE À SECA

Autor: Poder Executivo

O Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória nº 1268/2024, que abre crédito extraordinário de R\$ 938,4 milhões para ações emergenciais de enfrentamento à seca. Os recursos contemplam sete ministérios e destinam-se ao combate à estiagem prolongada, com destaque para o auxílio a pescadores artesanais beneficiários do Seguro Defeso na região Norte. A medida também prevê apoio ao enfrentamento dos efeitos da seca e dos incêndios florestais no Pantanal e na Amazônia. A matéria foi aprovada pela Câmara e pelo Senado e seguiu para promulgação.



PL 1648/2024 (SF) - APERFEIÇOAMENTO DO ITR

Autor: Sen. Jayme Campos (UNIÃO/MT)

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o PL 1648/2024, que altera dispositivos legais para aprimorar os critérios de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), corrigindo distorções na arrecadação do tributo, promovendo maior justiça fiscal e adequação à realidade produtiva dos imóveis rurais. O relatório aprovado, do senador Fernando Farias (MDB/AL), incorporou 12 emendas ao texto original. A matéria segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.



PL 448/2020 (CD) – INCENTIVOS FISCAIS PARA LEITE HIDROLISADO

Autor: Dep. Luiz Lima (PL/RJ)

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Alceu Moreira (MDB/RS) ao PL 448/2020 (CD), que concede incentivos fiscais para a fabricação, produção e comercialização do leite hidrolisado de aminoácidos. O relatório aprovado incorporou substitutivo e a emenda da Comissão de Saúde. A matéria segue agora para análise na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PLS 404/2018 (SF) - PROTEÇÃO DE CULTIVARES

Relator: Sen. Luís Carlos Heinze (PP/RS)

Projeto que amplia para 20 anos prazo de proteção a cultivares foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, de acordo com o substitutivo do relator, senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), ao PLS 404/2018. A proposta altera o art. 11 da Lei nº 9.456/1997, e pelo texto aprovado, os cultivares de árvores florestais que estiverem protegidos na data de publicação da futura lei também terão prazo estendido para 25 anos. A matéria seguiu para deliberação da Câmara dos Deputados.



PL 1769/2019 (SF) – ROTULAGEM DE PRODUTOS DERIVADOS DE CACAU

Autor: Sen. Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O Senado Federal aprovou o projeto que estabelece definições e características para produtos derivados de cacau e determina a obrigatoriedade de informar o percentual total de cacau nos rótulos. A proposta visa garantir maior transparência ao consumidor e valorizar a qualidade dos produtos nacionais. A CNA trabalhou na construção do texto aprovado na Comissão. A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados.



PDL 357/2024 (SF) – SUSTAÇÃO DE DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Relator: Sen. Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 357/2024, que susta os efeitos do Decreto nº 12.186/2024, relativo à desapropriação de área para constituição do território quilombola Arvinha. O relatório favorável, elaborado pelo senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



PL 3459/2024 (CD) – PROGRAMA DE INCENTIVO À MULHER EMPREENDEDORA RURAL

Autor: Dep. Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA)

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou o PL 3459/2024, que institui o Programa de Incentivo e Apoio à Mulher Empreendedora Rural. A proposta, de autoria da deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS/BA), foi relatada pela deputada Daniela Reinehr (PL/SC), que apresentou parecer favorável tanto ao projeto principal quanto ao PL 755/2025, apensado. A CNA manifestou posicionamento convergente com ressalvas à proposta, destacando a importância do projeto, mas apontando necessidade de atenção a aspectos operacionais da política pública.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 4714/2020 (CD) – SEGURO OBRIGATÓRIO POR QUEIMADAS

Relator: Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), que recomenda a **rejeição** do PL 4714/2020 (CD). O projeto prevê a obrigatoriedade de contratação de seguro de responsabilidade civil para a realização de queimadas. A matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMADS).



PL 3678/2021 (CD) – EXCLUSÃO DE ÁREAS INUNDÁVEIS DO ITR

Autor: Dep. Marcelo Moraes (PL/RS)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Pezenti (MDB/SC) ao PL 3678/2021 (CD), que propõe a exclusão da incidência do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre áreas sujeitas a inundações periódicas que inviabilizem sua exploração econômica.



PL 5861/2023 (CD) – GEORREFERENCIAMENTO EM ÁREAS TITULADAS

Autor: Dep. Lucio Mosquini (MDB/RO)

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado José Medeiros (PL/MT) ao PL 5861/2023 (CD), que altera a Lei nº 6.015/1973 para estabelecer a responsabilidade pela realização do georreferenciamento em imóveis rurais com títulos de domínio definitivo, emitidos pela União e pelos Estados. O relator apresentou substitutivo ao texto original. A matéria segue para a CCJC.



REQ 60/2025 (CD) – INFORMAÇÕES DE EMBARGOS DO IBAMA

Autor: CAPADR

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o Requerimento nº 60/2025, que solicita informações ao presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho. O pedido trata dos números de embargos em áreas rurais e questiona a morosidade nos procedimentos de desembargo, mesmo após a comprovação de regularidade das propriedades.



PL 1284/2019 (CD) – PREÇOS MÍNIMOS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Autor: Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer favorável ao PL 1284/2019, que altera o Decreto-Lei nº 79/1966 para estabelecer que os preços mínimos de produtos agropecuários sejam fixados pelo CMN em valores não inferiores ao custo operacional de produção. Esse custo inclui despesas conforme critérios definidos pela Receita Federal. A matéria segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação (CFT).



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PDL 345/2020 (CD) – SUSTAÇÃO DE PORTARIA SOBRE IRRIGAÇÃO

Autor: Dep. Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer favorável ao PDL 345/2020, que susta os efeitos da Portaria nº 2.005/2020, do então Ministério do Desenvolvimento Regional. A norma havia estabelecido diretrizes para a alocação de recursos da Política Nacional de Irrigação, o que, segundo o autor, extrapolava o poder regulamentar do Executivo. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).



PL 2014/2020 (CD) – INFORMAÇÕES NOS LAUDOS DO GARANTIA-SAFRA

Autor: Dep. Zé Silva (SOLIDARI/MG)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer favorável ao PL 2014/2020, que altera a Lei da Garantia-Safra para determinar critérios mais claros na avaliação das perdas de produção agrícola. O projeto estabelece que os laudos amostrais dos técnicos vistoriadores contenham informações específicas e padronizadas, adotando critério único para a confirmação da perda. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).



PDL 717/2024 (SF) – SUSTAÇÃO DE DECRETOS SOBRE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Autores: Senador Espiridião Amin (PP/SC) e outros

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado analisou o PDL 717/2024, que susta decretos que homologam a terra indígena Toldo Imbu, no município Abelardo Luz (SC), e o Decreto que homologa a terra indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC). A CNA se posicionou de forma convergente ao projeto e ao voto em separado apresentado pelo senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), que foi aprovado pela maioria dos membros da comissão. O projeto também foi apreciado pelo Plenário do Senado e seguiu para análise da Câmara dos Deputados.



PL 292/2025 (CD) – ARRENDAMENTO RURAL AJUSTADO EM PRODUTOS

Autor: Dep. Pezenti (MDB/SC)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o PL 292/2025, que acrescenta dispositivo ao art. 95 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) para permitir que o valor do arrendamento rural seja ajustado em quantidade fixa de frutos ou produtos. A proposta segue para deliberação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 7063/2017 (CD) – VALOR MÍNIMO EM CONTRATOS DE PPPS

Relator: Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a redação final do PL 7063/2017, que altera a Lei nº 11.079/2004 para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas (PPPs) firmados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios. A proposta foi relatada em Plenário pelo Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) e retornou ao Senado Federal para nova deliberação.



PL 5372/2020 (SF) – MUNICÍPIOS PARAENSES NA CODEVASF

Autor: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

O Plenário do Senado Federal aprovou o PL 5372/2020, que altera a Lei nº 6.088/1974 para incluir os municípios do estado do Pará ainda não atendidos na área de atuação da CODEVASF. A proposta é de autoria do senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA) e teve relatoria do senador Beto Faro (PT/PA), com parecer favorável. A matéria seguiu para análise da Câmara dos Deputados.



PL 9263/2017 (CD) – POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL

Relator: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo da CAPADR ao PL 9263/2017, que institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. A iniciativa busca fomentar a permanência dos jovens no campo por meio de ações voltadas à educação, capacitação e geração de renda. A matéria foi relatada pelo Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG) e, após aprovada, seguiu para análise do Senado Federal.



PL 1231/2025 (CD) - CUSTEIO DO GEORREFERENCIAMENTO

Autor: Dep. Nelson Barbudo (PL/MT)

A Comissão de Agricultura, (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer favorável ao PL 1231/2025, que determina que o INCRA será responsável pelo custeio e execução do georreferenciamento dos imóveis rurais destinados à reforma agrária. A medida visa desonerar as famílias assentadas e garantir maior eficiência e padronização no processo de regularização fundiária. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 2205/2022 (SF) – VALIDADE DOS ALIMENTOS ADQUIRIDOS PELO PNAE

Relator: Sen. Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

O Plenário do Senado Federal aprovou o PL 2205/2022, que altera a Lei nº 11.947/2009 para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues com prazo restante de validade superior à metade do período entre a data de fabricação e a data de vencimento. A matéria foi relatada na CE pela Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), que teve seu relatório aprovado no Plenário. A matéria retorna à Câmara dos Deputados para nova análise.



PDL 214/2025 (CD/SF) – SUSTAÇÃO DO DECRETO QUE ALTERA IOF

Autor: Dep. Zucco (PL/RS)

O Plenário da Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram o PDL 214/2025, que susta os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, o qual modificava a incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A matéria foi aprovada em votação simbólica no Senado e segue agora para promulgação.



PL 2374/2020 (SF) - COMPENSAÇÃO DE DÉFICIT DE RESERVA LEGAL EM PROPRIEDADE RURAL

Relator: Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)

A Comissão de Agricultura (CRA) do Senado Federal aprovou, em turno suplementar, o projeto que permite a compensação de déficit de reserva legal em propriedades rurais (PL 2374/2020) cuja vegetação nativa tenha sido desmatada em área superior ao que era permitido entre 22 de julho de 2008 e 25 de maio de 2012, por meio do cadastramento de outra área de reserva legal 1,5 vez maior. A matéria recebeu recurso para apreciação pelo Plenário, onde aguarda inclusão em pauta e apresentação de emendas.



PL 1087/2025 (CD) - ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA

Autoria: Poder Executivo

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1087/2025, de autoria do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto de Renda para ampliar a isenção para pessoas físicas com renda de até R\$ 5 mil mensais e instituir uma tributação mínima para contribuintes de alta renda. O parecer do relator, deputado Arthur Lira (PP/AL), foi favorável quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, adequação orçamentária e mérito, com apresentação de substitutivo. A proposta segue agora para análise do Plenário.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 3499/2024 (CD) – DIRETRIZES PARA PESQUISA AGRÍCOLA NA POLÍTICA AGRÍCOLA

Autor: Dep. Daniel Agrobom (PL/GO)

A Comissão de Meio Ambiente (CMADS) da Câmara dos Deputados aprovou o PL 3499/2024, que altera a Lei nº 8.171/1991 para aprimorar as diretrizes de pesquisa agrícola no âmbito da Política Agrícola nacional. A matéria segue agora para análise da Comissão de Agricultura (CAPADR).



PL 4497/2024 (CD) – RATIFICAÇÃO DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS NAS FAIXAS DE FRONTEIRA

Autor: Dep. Tião Medeiros (PP/PR)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 4497/2024, que trata da ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira. A proposta, de autoria do deputado Tião Medeiros (PP/PR), teve relatoria da deputada Caroline de Toni (PL/SC), que apresentou substitutivo. A matéria seguiu para deliberação do Senado Federal.



PEC 18/2024 (SF) - RECONHECE O PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE COMO PATRIMÔNIO NACIONAL

Autor: Sen. Tereza Cristina (PP/MS)

O Senado Federal aprovou, em Plenário, a proposta que reconhece o Pantanal Sul-Mato-Grossense como patrimônio nacional. O texto altera a Constituição Federal para incluir o bioma no rol dos espaços cuja utilização exige a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Atualmente, integram essa lista a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. A matéria segue agora para deliberação na Câmara dos Deputados.



REQ 4248/2019 (CD) - RETIRADA DE INVASORES DE TERRA

Autor: Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Requerimento 4248/2019, que solicita regime de urgência para a apreciação do PL 8262/2017. A proposta, de autoria do dep. André Amaral (MDB/PB), trata da retirada imediata de invasores de propriedades privadas, reforçando o direito à posse e à propriedade.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 1086/2024 (SF) - PROMOVE A PREFERÊNCIA PARA VEÍCULOS MOVIDOS A BIOCOMBUSTÍVEL OU HIDROGÊNIO

Autor: Sen. Fernando Farias (MDB/AL)

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou, em primeiro turno, o PL 1086/2024, que estabelece prioridade para a aquisição de veículos sustentáveis pela administração pública, como forma de incentivar a transição energética e reduzir a emissão de gases poluentes. A proposta, de autoria do senador Fernando Farias (MDB/AL), recebeu parecer favorável na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Cid Gomes (PSB/CE). O texto será votado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara dos Deputados.



PL 596/2024 (CD) - ESCASSEZ HÍDRICA

Relator: Dep. Toninho Wandscheer (PP/PR)

A Comissão de Meio Ambiente (CMADS) da Câmara dos Deputados aprovou o PL 596/2024, que institui a Política Nacional de Racionalização no Uso e de Combate ao Desperdício de Água. O objetivo é promover o uso eficiente dos recursos hídricos e enfrentar a escassez hídrica por meio de ações de conscientização, incentivo à inovação tecnológica e medidas de gestão sustentável da água. O relator foi o deputado Toninho Wandscheer (PP/PR). A matéria segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJC).



PL 2047/2023 (CD) - APOSENTADORIA ESPECIAL MULHERES DO CAMPO

Autor: Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO)

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou o PL 2047/2023, que altera o art. 106 da Lei nº 8.213/1991 para garantir o reconhecimento da qualidade de segurada especial da mulher trabalhadora rural. A proposta, de autoria da deputada Marussa Boldrin (MDB/GO), busca assegurar o acesso das mulheres do campo à aposentadoria especial, considerando as especificidades do trabalho rural. A matéria segue agora para análise do Senado Federal.



PL 1765/2019 (CD) - ISENÇÃO DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE

Relator: Dep. Cezinha de Madureira (PSD/SP)

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 1765/2019, que prorroga a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), conforme previsto na Lei nº 9.432/1997. A proposta teve parecer favorável do relator, dep. Cezinha de Madureira (PSD/SP), à aprovação das emendas 1 e 2 do Senado Federal. A matéria segue agora para sanção presidencial.



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PL 5409/2023 (CD) - TITULAÇÃO COLETIVA DE ASSENTAMENTOS

Relator: Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS)

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Rodolfo Nogueira (PL/MS) pela **rejeição** do Projeto de Lei 5409/2023, que propunha dar preferência à titulação coletiva em assentamentos ambientalmente diferenciados, alterando a Lei nº 8.629/1993.



3

LEIS FEDERAIS

PROJETOS TRANSFORMADOS EM LEIS

Lei nº 15.122/2025

RECIPROCIDADE COMERCIAL

Sancionada em 11 de abril de 2025, a Lei nº 15.122/2025 estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, investimentos e obrigações relacionadas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais de países ou blocos econômicos que prejudiquem a competitividade brasileira. A lei tem origem no PL 2088/2023, de autoria do Sen. Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), a norma reforça o princípio da reciprocidade nas relações comerciais internacionais e oferece instrumentos de defesa ao setor produtivo diante de restrições ambientais assimétricas impostas ao Brasil.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES
APRESENTADAS ENTRE ABRIL E JULHO

4

PLDO 2026

Apresentado pelo Governo Federal, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2026 (PLN 2/2025) define as metas fiscais e projeções econômicas que nortearão a elaboração da LOA. Entre os destaques, está a manutenção das medidas de revisão de gastos no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), com estimativa de economia de R\$ 3,8 bilhões por ano até 2029. O texto projeta inflação de 3,5% e câmbio médio de R\$ 5,97 para 2026, elementos relevantes para a formação de preços, crédito rural e políticas agrícolas.

RATIFICAÇÃO DE REGISTROS EM FAIXA DE FRONTEIRA

Apresentado pelo **senador Nelsinho Trad (PSD/MS)**, o PL 1532/2025 altera a Lei nº 13.178/2015 para ampliar o prazo de ratificação dos registros imobiliários de imóveis rurais localizados em faixa de fronteira, com origem em títulos emitidos pelos Estados. A proposta também define o procedimento para a aprovação pelo Congresso Nacional nos casos em que a área do imóvel ultrapasse 2.500 ha, conforme previsto na Constituição.

ESCLARECIMENTOS SOBRE REGISTROS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Apresentado pelo **deputado Tião Medeiros (PP/PR)**, o Requerimento de Informação nº 1253/2025 solicita esclarecimentos ao ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, sobre a ratificação de registros de terras situadas em faixa de fronteira. O pedido está relacionado à tramitação do PL 4497/2024, de autoria do parlamentar, que trata do tema.



ESCLARECIMENTOS DO INCRA SOBRE DESTINAÇÃO DE TERRAS PELO INCRA

Apresentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o Requerimento de Informação nº 1636/2025 solicita esclarecimentos ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, por meio do presidente do INCRA, César Aldrighi. A iniciativa questiona denúncias de favorecimento na destinação de terras públicas a grupos militantes, em detrimento de famílias assentadas que permanecem em situação de abandono. O pedido busca promover transparência e fiscalização sobre a política de reforma agrária.

SUSTAÇÃO DA PORTARIA QUE INSTITUI PROGRAMA NACIONAL DE RASTREABILIDADE DE AGROTÓXICOS

Foram apresentados, na Câmara e no Senado, 3 Projetos de Decreto Legislativo com o objetivo de sustar os efeitos da Portaria nº 805/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que institui o Programa Nacional de Rastreabilidade de Agrotóxicos e Afins (PNRA). Segundo as propostas, a medida extrapola o poder regulamentar ao impor obrigações não previstas em lei, gerando insegurança jurídica e potenciais prejuízos à produção agropecuária. As proposições foram apresentadas pelos seguintes parlamentares:

Lista dos projetos apresentados:

- **PDL 312/2025** – Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
- **PDL 337/2025** – Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
- **PDL 336/2025** – Sen. Marcos Rogério (PL/RO)



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS ENTRE ABRIL E JULHO

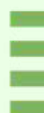
CONTRATO DE TRABALHO POR CICLO DE ATIVIDADE AGRÁRIA

Apresentado pela deputada Daniela Reinehr (PL/SC), o PL 1456/2025 altera a Lei nº 5.889/1973 para regulamentar o contrato de trabalho por ciclo de atividade agrária. A proposta busca adaptar a legislação à sazonalidade do campo, permitindo a formalização de vínculos temporários conforme os ciclos produtivos de cada cultura. A medida visa garantir maior segurança jurídica nas relações de trabalho no meio rural.



SANÇÕES A INVASORES DE PROPRIEDADES

Apresentado pelo senador Wellington Fagundes (PL/MT), o PL 1590/2025 propõe a aplicação de sanções a ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas que forem condenados por crimes como invasão de terras públicas, violação de domicílio ou esbulho possessório. A medida visa coibir ações ilegais contra o direito de propriedade, reforçar a segurança jurídica no campo e nas cidades, e garantir a efetividade das decisões judiciais relativas à posse e propriedade de imóveis.



DESAPROPRIAÇÃO E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Apresentado pela deputada Daniela Reinehr (PL/SC), o PLP 103/2025 altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) para incluir a desapropriação de imóveis rurais entre as ações governamentais que devem observar as regras de criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesa pública. A proposta visa garantir maior controle fiscal e previsibilidade orçamentária nas políticas de reforma agrária e regularização fundiária.



CRÉDITO RURAL PARA POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS

Apresentado pelo senador Alan Rick (UNIÃO/AC), o PL 1646/2025 propõe a simplificação da exigência de comprovação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para populações extrativistas, exclusivamente para fins de acesso ao crédito rural. A medida busca desburocratizar o financiamento da produção sustentável em áreas tradicionalmente ocupadas, fortalecendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS ENTRE ABRIL E JULHO

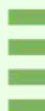
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO TCU SOBRE CRÉDITO RURAL

Apresentada pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), a Solicitação de Informações nº 47/2025 requer esclarecimentos ao ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, sobre as obrigações acessórias exigidas na concessão do crédito rural pelo Banco do Brasil S.A. A iniciativa busca entender eventuais entraves burocráticos enfrentados por produtores rurais e promover maior eficiência na liberação dos recursos financeiros ao setor agropecuário.



ESCLARECIMENTOS DO MDA SOBRE DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Apresentado pelo deputado Lucio Mosquini (MDB/RO), o Requerimento de Informação nº 1222/2025 solicita esclarecimentos ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar sobre a aplicação e os efeitos da Resolução MDA/DRGTPFR nº 17/2025. A norma trata da destinação de terras públicas federais ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao próprio MDA.



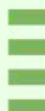
COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO PARA CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS

Apresentada pelo senador Fernando Farias (MDB/AL), a PEC 24/2025 altera os arts. 49, 225 e 231 da Constituição Federal para estabelecer que a criação de áreas de preservação ambiental e a demarcação de terras indígenas passem a ser competência exclusiva do Poder Legislativo. A iniciativa visa restringir a atuação do Poder Executivo nessas matérias, transferindo ao Congresso Nacional a responsabilidade por atos que envolvam restrições ao uso da propriedade e delimitação de territórios indígenas.



AVALIAÇÃO DE PRODUTIVIDADE E DECLARAÇÃO ANUAL DE ASSENTADO

Apresentado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), o PL 2245/2025 altera a Lei nº 8.629/1993 para aprimorar os critérios de avaliação da produtividade de imóveis rurais passíveis de desapropriação. A proposta também estabelece a obrigatoriedade de apresentação de declaração anual de produtividade por parte dos assentados da reforma agrária, com o objetivo de ampliar a transparência e o controle sobre a utilização das terras distribuídas no âmbito da política fundiária.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS ENTRE ABRIL E JULHO

INDENIZAÇÃO POR ESBULHO OU TURBAÇÃO POSSESSÓRIA

Apresentado pelo deputado José Medeiros (PL/MT), o PL 2295/2025 dispõe sobre o direito à indenização em casos de esbulho ou turbacão possessória. A proposta visa reforçar a proteção jurídica à posse e à propriedade, assegurando compensações a proprietários ou possuidores prejudicados por atos ilegais de invasão ou perturbação do exercício legítimo da posse.



VEDAÇÃO A EMBARGOS SEM AUTO DE INFRAÇÃO E A EMBARGOS COLETIVOS

Apresentado pela deputada Daniela Reinehr (PL/SC), o PL 2344/2025 altera a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) para proibir a imposição de embargos em propriedades rurais sem a prévia lavratura de auto de infração. A proposta também veda a aplicação de embargos coletivos, buscando assegurar maior segurança jurídica e individualização das medidas administrativas no âmbito ambiental.



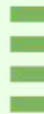
SUBSTITUIÇÃO DO TERMO “AGROTÓXICOS” POR “PESTICIDAS”

Apresentada pelo senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR) e outros, a PEC 25/2025 propõe substituir, na legislação constitucional, o termo “agrotóxicos” por “pesticidas”. A iniciativa busca modernizar a linguagem jurídica e normativa relacionada à atividade agropecuária, promovendo maior respeito à imagem do setor agro e alinhar a terminologia brasileira à usada em fóruns internacionais e em legislações de outros países.



TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS POR PRODUTORES RURAIS

Apresentado pelo deputado Delegado Caveira (PL/PA), o PL 2753/2025 estabelece normas específicas para o transporte de combustíveis por produtores rurais. A proposta visa regulamentar a atividade no âmbito das propriedades agrícolas, garantindo segurança jurídica e operacional para o deslocamento de combustíveis utilizados em máquinas, veículos e equipamentos no meio rural.



INSTITUIÇÃO DO DIA NACIONAL DA MULHER RURAL

Apresentado pela deputada Coronel Fernanda (PL/MT), o PL 2805/2025 institui o Dia Nacional da Mulher Rural. A proposta tem como objetivo reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres na agricultura e do meio rural, promovendo visibilidade e estímulo à formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero no campo.



MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS ENTRE ABRIL E JULHO

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA GEORREFERENCIAMENTO

Apresentado pela deputada Caroline de Toni (PL/SC), o PL 1664/2025 altera a Lei nº 6.015/1973 para prorrogar até 2030 o prazo de exigência de identificação georreferenciada nos casos de desmembramento, parcelamento, remembramento ou transferência de imóveis rurais com área inferior a 25 hectares. A proposta busca evitar entraves cartoriais e assegurar mais tempo para que pequenos proprietários se adequem.



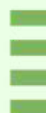
PRAZO PARA A TITULAÇÃO DEFINITIVA NA REFORMA AGRÁRIA

Apresentado pelo deputado Lucio Mosquini (MDB/RO), o PL 3169/2025 estabelece o prazo de dois anos para a titulação definitiva de beneficiários de programas de reforma agrária, a partir da concessão de uso. O objetivo é assegurar celeridade, previsibilidade e compromisso institucional com a consolidação da reforma agrária e com o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.



APLICAÇÃO DO CAR NOS PROCEDIMENTOS DE DESEMBARGO

Apresentado pelo deputado Nelson Barbudo (PL/MT), o PL 3358/2025 visa assegurar que a inscrição no CAR seja o requisito para o desembargo ambiental, e não a sua aprovação, e que os embargos ambientais sejam restritos à área da infração, devolvendo à legalidade e à proporcionalidade os parâmetros para regularização ambiental no país, conforme o previsto na Lei nº 12.651/2012.



SUSTA PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DA POSSE INDÍGENA (PCPI)

Apresentada pelo senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros, a PDL 444/2025 propõe sustar os efeitos da Portaria MPI nº 114, de 26 de junho de 2025, que institui o Programa de Consolidação da Posse Indígena (PCPI), por extrapolar o poder regulamentar do Ministério, invadindo competência exclusiva do Congresso Nacional e gerando grave insegurança jurídica no campo.



EFICIÊNCIA NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

Apresentado pelo deputado Alexandre Guimarães (MDB/TO), o PL 3345/2025 busca aprimorar a regulação e a fiscalização do transporte ferroviário de cargas, assegurar oferta mínima de capacidade e transparência pelas concessionárias, definir as competências da ANTT e das Comissões Tripartites e garantir igualdade de acesso à malha ferroviária.



5

DESTAQUES DA AGENDA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM PARTICIPAÇÃO DA CNA

22/04

Audiência Pública sobre os impactos da estiagem que assola o Rio Grande do Sul

Participante: Gedeão Pereira - Presidente da FARSUL

A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública para debater os impactos da seca sobre a produção agropecuária, as cadeias produtivas e a segurança hídrica no Rio Grande do Sul. Parlamentares e representantes de diversos setores defenderam a adoção de ações emergenciais e de medidas estruturantes, como a ampliação do seguro rural.

23/04

Impactos da Moratória da Soja e os desafios jurídicos e econômicos

Participante: André Figueiredo Dobashi - Presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA)

A audiência foi realizada na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado Federal e discutiu os impactos jurídicos, econômicos e ambientais da suspensão da lei do estado de Mato Grosso que flexibilizava exigências ambientais. Parlamentares, produtores e especialistas debateram a decisão do STF, os efeitos da Moratória da Soja sobre a competitividade do agro e a busca por equilíbrio entre desenvolvimento produtivo e preservação.

07/05

Situação dos municípios gaúchos 1 ano após as enchentes de 2023/2024

Participante: Luis Fernando Cavaleiro Pires - Conselheiro da FARSUL

A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados, e os debatedores relataram os impactos devastadores das enchentes sobre a infraestrutura urbana e rural, a produção agropecuária e o cotidiano das famílias atingidas. Parlamentares defenderam a articulação de ações emergenciais de reconstrução, a ampliação do crédito rural e a revisão das regras do seguro agrícola para melhor atender os produtores em situações de calamidade.

13/05

Cadastro ambiental rural e o georreferenciamento de imóveis

Participantes: Érico Melo Goulart - Assessor Técnico da CNA e **Clemerson Pedroso** - Vice-presidente da FAESC

A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados, abordando a urgência em resolver entraves burocráticos e técnicos que afetam o agronegócio. O debate evidenciou que, embora a maioria dos produtores tenha declarado o CAR, a falta de validação pelos órgãos competentes gera insegurança jurídica, impedindo acesso a crédito e políticas públicas.



DESTAQUES DA AGENDA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM PARTICIPAÇÃO DA CNA

- 14/05** ● **Crescente apreensão de gado pelo Ibama em áreas embargadas**
Participante: Rodrigo Justus de Brito - *Consultor da Comissão Nacional do Meio Ambiente e da Coordenação de Sustentabilidade da CNA*
 A audiência foi realizada na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado Federal, e os participantes expressaram apreensão com os embargos remotos, a falta de notificação formal aos produtores, o bloqueio de CPF e a insegurança jurídica que impede o acesso ao crédito. Também foram feitas críticas aos excessos nas fiscalizações e à falta de clareza sobre o destino do gado apreendido.
- 28/05** ● **Plano Safra 25/26**
Participante: Guilherme Augusto Costa Rios - *Assessor Técnico da CNA*
 A audiência foi realizada na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado Federal e abordou os desafios para a construção do novo Plano Safra, em um cenário marcado pela alta da taxa Selic e pela necessidade de ampliação dos recursos para equalização de juros. Representantes do setor e do governo destacaram a importância de um plano robusto e apontaram entraves como a burocracia no financiamento, a insuficiência da capacidade de armazenagem e o aumento da inadimplência.
- 28/05** ● **Situação das invasões de terras no extremo sul da Bahia**
Participante: Humberto Miranda - *Presidente da FAEB*
 A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados, onde produtores rurais relataram violência, tortura, saques e destruição de propriedades, denunciando a inação de autoridades policiais e judiciais em apreciar pedidos de reintegração de posse.
- 10/06** ● **Situação do PROAGRO e do Seguro Rural**
Participantes: Guilherme Augusto Costa Rios - *Assessor Técnico da CNA*
 A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados para debater o Proagro e o Seguro Rural, com foco na busca de alternativas para ampliar a proteção aos agricultores, especialmente os familiares. Foram destacados os principais entraves enfrentados pelo setor, como as altas alíquotas e a baixa cobertura do Proagro, além do orçamento reduzido (R\$ 1 bilhão) e dos frequentes contingenciamentos no Seguro Rural.
- 10/06** ● **Papel da irrigação frente às mudanças climáticas**
Participantes: Jordana Gabriel Sara Girardello - *Assessora Técnica da CNA*
 A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados e abordou a importância da irrigação para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional. Durante o debate, destacou-se a necessidade de políticas públicas voltadas à reservação de água e os entraves legais que dificultam o avanço do setor, como a exigência de crise hídrica para autorização de barragens e normas inadequadas à realidade do campo.



DESTAQUES DA AGENDA

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM PARTICIPAÇÃO DA CNA

- 11/06** ● **Instituição do Dia Nacional do Alho Brasileiro e medidas de antidumping**
Participantes: **Rodolfo Molinari** - *Presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da CNA*
 A audiência foi realizada pela Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados para debater a renovação da medida antidumping contra o alho chinês e a criação do Dia Nacional do Alho Brasileiro. Parlamentares e produtores defenderam a medida como essencial para evitar a concorrência desleal e proteger milhares de empregos gerados pela cadeia produtiva nacional.
- 01/07** ● **Securitização das dívidas dos produtores de Mato Grosso do Sul**
Participante: **Fábio Olegário Caminha** - *Diretor-Secretário da FAMASUL*
 A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a securitização das dívidas dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul. O debate foi motivado pelo alarmante aumento dos pedidos de recuperação judicial no estado, reflexo de fatores como estiagem, volatilidade de preços e esgotamento da capacidade de crédito dos produtores. Parlamentares e representantes do setor destacaram a urgência de soluções estruturantes para a renegociação das dívidas, com foco na preservação da produção agropecuária e da economia rural da região.
- 08/07** ● **Descontos de energia elétrica em atividades de irrigação**
Participante: **Jordana Gabriel Sara Girardello** - *Assessora técnica da CNA*
 A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater os descontos tarifários na conta de energia elétrica para produtores rurais que utilizam irrigação e aquicultura. O debate teve como foco o Projeto de Lei nº 1.638/2025, que propõe ampliar os descontos atualmente restritos ao período noturno, permitindo sua aplicação também durante o dia, conforme critérios técnicos da ANEEL. Jordana Girardello (CNA) defendeu a ampliação dos descontos para o período diurno, destacando que a restrição atual aos horários noturnos é incompatível com as realidades regionais da produção agrícola.
- 09/07** ● **Posição do Brasil na COP 11 em Genebra**
Participante: **Francisco Eraldo Konkol** - *Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Irineópolis/SC, representando a CNA*
 A Comissão de Agricultura (CAPADR) da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir a posição do Brasil na 11ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP11) e os impactos das decisões internacionais sobre a cadeia produtiva nacional. O debate tratou da relevância socioeconômica da fumicultura no Brasil, que lidera as exportações mundiais do produto, movimenta bilhões em renda e sustenta centenas de milhares de empregos, especialmente entre pequenos produtores do Sul do país.



DESTAQUES DA AGENDA

DIÁLOGO COM PARLAMENTARES

Entre abril e julho, diversos parlamentares estiveram na sede da CNA. Ao todo, foram realizadas 8 entrevistas pela Rádio CNA, a convite da Assessoria de Relações Institucionais, e 13 parlamentares estiveram na entidade para tratar de pautas prioritárias do setor.

8 Entrevistas com parlamentares na rádio CNA



19 Parlamentares visitaram a CNA

Dep. Afonso Hamm (PP/RS)
 Dep. Ana Paula Leão (PP/MG)
 Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)
 Sen. Daniella Ribeiro (PP/PB)
 Dep. Diego Andrade (PSD/MG)
 Dep. Domingos Sávio (PL/MG)
 Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
 Dep. General Girão (PL/RN)
 Dep. Greyce Elias (AVANTE/MG)
 Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO)
 Dep. Newton Cardoso Jr. (MDB/MG)
 Dep. Paulo Azi (UNIÃO/BA)
 Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
 Dep. Rafael Simões (UNIÃO/MG)
 Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS)
 Dep. Rosângela Reis (PL/MG)
 Dep. Sérgio Souza (MDB/PR)
 Dep. Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)
 Dep. Zé Vitor (PL/MG)



DESTAQUES DA AGENDA

REUNIÕES DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA CNA

2ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em **24 de abril**, a CNA realizou a 2ª Reunião do Núcleo de Relações Institucionais de 2025, com participação dos assessores estaduais, membros titulares e suplentes. O encontro virtual teve como foco alinhar estratégias sobre pautas prioritárias no Congresso Nacional. Entre os temas, destacou-se a previsão de votação do projeto sobre ratificação de imóveis rurais em faixa de fronteira, apresentada por Érico Goulart (CNA). Também foram discutidos vetos presidenciais com impacto no setor. Wesley Mendes (FAES) compartilhou a experiência do AgrolegES, iniciativa que tem ampliado o engajamento no monitoramento legislativo no Espírito Santo.

Participantes

25 representantes

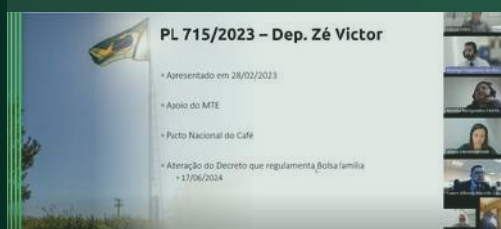
Federações

representantes de
16 UFs



3ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em **29 de maio**, a CNA realizou a 3ª Reunião do Núcleo de Relações Institucionais de 2025. O encontro teve como objetivo alinhar estratégias sobre temas prioritários em tramitação no Congresso Nacional e atualizar as federações sobre as principais pautas legislativas. A programação contou com a participação técnica do Dr. Rodrigo Hugueney (DJ/CNA), que abordou o PL 715/2023, referente ao contrato safrista, e de Francisco Simões (FAEMG), que apresentou a iniciativa "Comunicação na Base", destacando ações de engajamento e diálogo com os sindicatos.



Participantes

18 representantes

Federações

representantes de
13 UFs

DESTAQUES DA AGENDA

REUNIÕES DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA CNA

4ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Em **3 de julho**, foi realizada a 4ª Reunião do Núcleo de Relações Institucionais da CNA em 2025, conduzido em formato virtual e teve como foco o alinhamento institucional sobre projetos prioritários em tramitação no Congresso Nacional. A pauta contou com aprofundamento técnico sobre o PL 2159/2021, que trata do Licenciamento Ambiental, apresentado por Rodrigo Justus (consultor ambiental da CNA), e a troca de experiências sobre iniciativas de formação de lideranças, com a participação do superintendente da FAEG, Claudinei Rigonatto.

Participantes

20 representantes

Federações

representantes de
16 UFs



6

MONITORAMENTO LEGISLATIVO

DADOS DE ABRIL A JULHO

PAINEL AGROLEGIS

8534

PROPOSIÇÕES MONITORADAS PELA
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

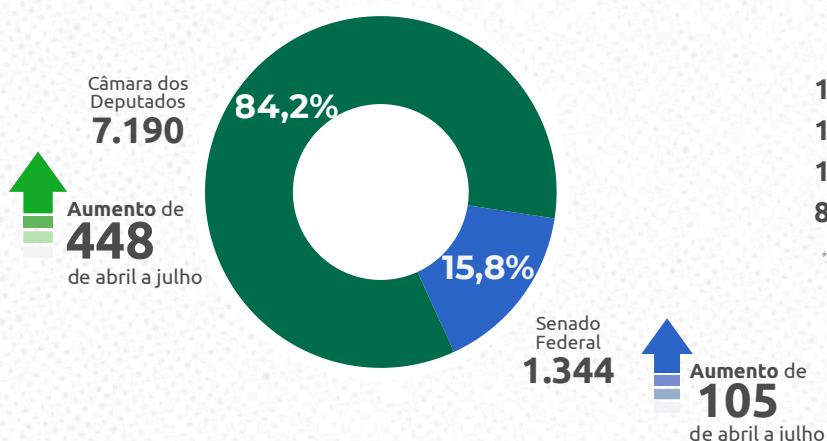
6812

PROJETOS DE LEI, MEDIDAS PROVISÓRIAS,
VETOS E MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

+ 196 PROPOSIÇÕES DE TEMÁTICAS VARIADAS

**Principais
temáticas das
novas proposições
apresentadas no 2º
trimestre**

DISTRIBUIÇÃO POR CASA LEGISLATIVA



DISTRIBUIÇÃO POR IMPACTO

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Grau de Importância*	Grau de Importância*
138 Alto Impacto	444 Alto Impacto
134 Médio Impacto	551 Médio Impacto
117 Baixo Impacto	581 Baixo Impacto
881 Sem Análise	5118 Sem Análise

*DEMAIS MATÉRIAS FORAM AVALIADAS COMO SEM INTERESSE OU NEUTRAS

PRODUTOS ARI

RELACIONAMENTO E
COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

7



Agenda Legislativa - Destaques da Semana

A **Agenda Legislativa - Destaques da Semana** é um panorama detalhado da tramitação das matérias prioritárias da CNA pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. Enviada semanalmente para parlamentares, assessores, lideranças, consultores legislativos e Federações.

Posicionamento Técnico

O **Posicionamento Técnico** é elaborado pela ARI, com base no posicionamento e avaliação dos técnicos da CNA, e que tem o objetivo de informar e contextualizar os parlamentares a respeito de temas prioritários para o produtor.



Aconteceu em Brasília

O **Aconteceu em Brasília** é produto encaminhado às sextas-feiras por WhatsApp para assessores, parlamentares e Federações. É um resumo dos acontecimentos mais relevantes no Congresso Nacional. O produto é uma maneira sucinta de transmitir ao produtor rural os principais avanços da semana e os parlamentares envolvidos nas ações políticas.





Panorama Político

O **Panorama Político** é um informativo semanal elaborado pela ARI, com o objetivo de apresentar os principais acontecimentos e tendências do cenário político. O conteúdo destaca desdobramentos relevantes nos Poderes Executivo e Legislativo, com foco em temas estratégicos para o setor.

Destaques da Semana - Podcast

O **Destaques da Semana** é elaborado pela ARI, em formato de podcast, com o objetivo de informar sobre as matérias prioritárias do setor pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. O conteúdo é baseado na **Agenda Legislativa – Destaques da Semana** e é enviado semanalmente, com exclusividade, para as Federações.



Portfólio Sistema CNA/SENAR/ICNA

O **Portfólio do Sistema CNA/SENAR/ICNA** é um material institucional que reúne e apresenta, de forma clara e objetiva, todos os programas, projetos e iniciativas desenvolvidos pelo Sistema. Seu objetivo é subsidiar o trabalho das assessorias parlamentares e dialogar diretamente com os parlamentares, mostrando como as ações do Sistema contribuem para o fortalecimento do setor agropecuário.



Assessoria de Relações Institucionais (ARI)

 (61) 99275 3603

 cna.ri@cna.org.br

 cnabrasil.org.br

 /canaldoprodutor

 /SistemaCNA

 /SistemaCNA

 /SistemaCNA

 /agrofortebrasilforte